

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA

MARIANA LUIZ DE MELO

**INCIDÊNCIA DE PRECONCEITO ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO
FUNDAMENTAL NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG**

UBERLÂNDIA

2019

MARIANA LUIZ DE MELO

**INCIDÊNCIA DE PRECONCEITO ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO
FUNDAMENTAL NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia, como parte das exigências para a obtenção dos graus de Licenciada e Bacharel em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Vagner Matias do Prado.

UBERLÂNDIA

2019

MARIANA LUIZ DE MELO

**INCIDÊNCIA DE PRECONCEITO ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO
FUNDAMENTAL NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia, como parte das exigências para a obtenção dos graus de Licenciada e Bacharel em Educação Física.

Uberlândia, 20 de dezembro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. Vagner Matias do Prado - FAEFI/UFU

Membro: _____

Profa. Dra. Sônia Bertoni - FAEFI/UFU

Membro: _____

Profa. Ma. Raquel Almeida Costa - IFTM/*Campus* Uberlândia

RESUMO

A ocorrência de preconceito em ambientes escolares afeta o aprendizado e o convívio dos estudantes e torna hostil o ambiente que deveria ser acolhedor e voltado também à formação da cidadania. Este trabalho tem por objetivo identificar a incidência do preconceito entre estudantes matriculados no nono ano do ensino fundamental de três escolas públicas das redes estadual e municipal do município de Uberlândia-MG, Brasil. O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa de campo com abordagem quantitativa e utilizou questionário socioeconômico e questionário temático com questões abertas. Participaram do estudo 38 estudantes, de ambos os gêneros. Os resultados obtidos mostram que quase 2/3 dos participantes já presenciou preconceito dentro da escola, sendo o racismo, a gordofobia e o preconceito de cunho sexual os três tipos mais mencionados. Além disso, quase 1/3 deles admitiu ter praticado preconceito. Os espaços escolares com maior incidência de preconceito foram elencados pelos participantes como sendo o recreio, a sala de aula (mesmo com a presença do professor) e a saída da escola. Informações como essas podem ser utilizadas na promoção de decisões pedagógicas e gerenciais que visam a redução do preconceito nas escolas, criando, como consequência, melhores ambientes de aprendizado.

Palavras-chave: Preconceito na escola. Ensino fundamental. Violência.

ABSTRACT

The occurrence of prejudice in school environments affects the learning process and the interaction between students and makes hostile an environment that should be welcoming and also focused on the development of citizenship. This paper aims to identify the incidence of prejudice among elementary school students from three public municipal and state schools located in Uberlândia – MG, Brazil. The study was conducted using quantitative and field research that employed a socioeconomic and a thematic questionnaires. Thirty-eight students from male and female genders participated in the study. The obtained results show that almost 2/3 of the participants have witnessed prejudice inside the school, with racism, fat shaming, and sexual prejudice being the three most mentioned types. Moreover, almost 1/3 of the participants admitted having practiced prejudice. The school spaces with the highest incidence of prejudice were listed by the participants as being the playground (during the interval), the classroom (even with the presence of the teacher) and at the school door. Information such as these can be used to promote pedagogical and management decisions that aim the reduction of prejudice in schools, thus creating better learning environments.

Keywords: Prejudice at school. Elementary school. Violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1	Idade e gênero	20
GRÁFICO 2	Autorepresentação de cor	21
GRÁFICO 3	Renda familiar	22
GRÁFICO 4	Manifestação de preconceito	23
GRÁFICO 5	Alunos que tiveram preconceito de algum colega	25
GRÁFICO 6	Espaços de ocorrência de preconceito	26
QUADRO 1	Preconceito presenciado dentro da sala de aula por componente curricular	27
GRÁFICO 7	Tipos de preconceito	28
QUADRO 2	Preconceito presenciado no ambiente escolar por tipo e gênero	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVOS	9
2.1 Objetivo Geral	9
2.2 Objetivos Específicos	9
3 PRECONCEITO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E IMPACTO SOCIAL	10
4 PRECONCEITO NA ESCOLA	13
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
5.1 Tipo de pesquisa	16
5.2 População e amostra	16
5.3 Instrumentos	18
5.4 Análise dos dados	18
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
6.1 Perfil socioeconômico dos estudantes participantes	20
6.2 Eixo 1: Incidência de preconceito e espaços escolares em que ocorrem	22
6.3 Eixo 2: Tipos de preconceito identificados pelos escolares	28
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO	37
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO	40
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RESPONSÁVEL LEGAL POR MENOR DE 18 ANOS	43
ANEXO B - TERMO DE ASSENTIMENTO PARA O MENOR ENTRE 12 E 18 ANOS INCOMPLETOS	45

1 INTRODUÇÃO

O preconceito está presente na nossa vida cotidiana e está relacionado com as dificuldades de aceitar o “outro”, a diversidade e, portanto, relaciona-se com a produção de processos de exclusão de grupos sociais. As atitudes e as formas de preconceito e violência são televisionadas e noticiadas a todo o momento, bem como suas consequências, tais como suicídio, *bullying*, depressão, baixo desempenho escolar, repetência e evasão, dentre outros.

As situações de preconceito também incidem na produção das identidades sociais. Dessa maneira, experiências sociais mediadas por alguns marcadores sociais de diferença como o gênero, sexualidade, padrão corporal, classe social, religião etc. contribuem para a construção do senso de pertencimento aos grupos e relação subjetiva para consigo mesmo. Para Ciampa (1984 apud CARVALHO, 2012, p. 209), “No processo de construção das identidades não podemos isolar os elementos biológicos, psicológicos e sociais, que caracterizam um indivíduo, de suas representações acerca de si mesmo.” Assim, caber-nos-ia problematizar de que maneira tais marcadores exercem influências durante o processo de escolarização de crianças e jovens nos bancos escolares.

No que se refere ao processo de escolarização, a fase da adolescência remete a aproximações e afastamentos de estudantes segundo algumas marcas sociais. Assim, a compreensão do “outro” como diferente pode estabelecer processos de estigmatização, discriminação e violência entre pares devido à crença de que o outro, por ser diferente, seria uma espécie de sujeito “inferior” que deve ser perseguido e exterminado. Para Ozella (2002, p. 16) “ A concepção vigente na psicologia sobre adolescência está fortemente ligada a estereótipos e estigmas, desde que Stanley Hall¹ a identificou como uma etapa marcada por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade.”

Considerando a escola como um espaço de formação e também de cruzamento de cultura e pluralidade, as relações nela estabelecidas podem contribuir para a construção de um espaço hostil para com os considerados como diferentes. Nesse sentido, as experiências hostis, pautadas em preconceitos e discriminações, estabelecidas durante o processo de escolarização podem prejudicar a relação interpessoal entre os alunos e dificultar o processo de ensino e de aprendizagem, sendo importante ressaltar que tais relações repercutem diretamente na comunidade, dentro e fora da escola.

¹ Amorim, (2007) Stanley Hall , psicólogo e educador norte americano foi um dos precursores da defesa de que a adolescência é uma fase evolutiva do desenvolvimento do ser humano.

Observei a dificuldade de inserção de alguns alunos nas atividades em grupo durante as aulas de educação física na escola quando cursava as disciplinas de “Estágio Supervisionado” na educação básica² do curso de Educação Física (Bacharelado/Licenciatura) na Universidade Federal de Uberlândia. Embora não tenha sido o foco do meu olhar na citada disciplina, a experiência com o estágio me fez pensar: até que ponto esse processo de aproximação de um com o outro não se estabelece por uma questão de preconceito?

A partir dessa indagação surgiu o interesse de investigar sobre as relações entre preconceito e escola. Mais especificamente, compreender a temática do preconceito, sobre seus tipos de manifestações no ambiente escolar e em quais espaços escolares ele é mais recorrente na visão de um grupo de estudantes no ensino fundamental de três escolas públicas.

Portanto, o presente estudo faz-se necessário, pois é importante que reconheçamos o preconceito como uma produção social que se manifesta, dentre outros espaços, no contexto escolar. Dessa maneira, é importante torná-lo visível para que possamos elaborar estratégias de forma que o educador, em conjunto com o educando, possa enfrentar os conflitos a partir do diálogo, problematizar e criar abordagens pedagógicas que contribuam para a promoção de ações junto aos alunos que minimizem ações discriminatórias e ajudem na construção de uma sociedade menos desigual.

² São três as disciplinas referentes ao “Estágio Supervisionado” na educação básica, cada uma referindo-se a uma das etapas do processo de escolarização: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Identificar a incidência do preconceito entre estudantes matriculados no nono ano do ensino fundamental de três escolas públicas das redes estadual e municipal no município de Uberlândia-MG.

2.2 Objetivos Específicos

- Compreender de que maneira a temática do preconceito na escola é analisada na literatura da área da Educação;
- Identificar a existência de preconceitos no ensino fundamental e em quais espaços escolares eles são mais manifestados, a partir da ótica dos estudantes;
- Averiguar quais as formas de preconceito mais recorrentes entre os escolares.

3 PRECONCEITO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E IMPACTO SOCIAL

O Brasil é um país de grandes diversidades, seja no âmbito cultural, étnico ou econômico-social. Essa pluralidade constitui diferentes grupos sociais, religiosos e políticos. O conhecimento, as crenças e os valores que são carregados ao longo da história influenciam a forma de enxergar as relações com o outro. Perante um discurso dominante, tradicional e hegemônico, as relações com os grupos sociais vistos como “diferentes” se tornam conflituosas, pois são marcadas por preconceitos.

Segundo Silva (2000), os processos de produção cultural das identidades sociais são marcados pela instituição de diferenças. Nesse contexto, determinadas diferenças corporais e/ou de comportamento, não raro, são significadas de maneira negativa e acionam um sistema de classificação, hierarquização e exclusão. Para o autor, é a partir da atribuição de significados negativos a essas marcas que relações sociais preconceituosas podem ser estruturadas contra negros e negras, homossexuais, contra a mulher, contra religiões de matrizes africanas, etc.

Existem diferentes posições para se pensar o preconceito. As duas mais recorrentes são a sociocultural e a psicológica. A primeira é defendida por Heller (1972, p. 43) que argumenta que “O preconceito é categoria de pensamento e comportamento cotidianos.” A autora complementa que “A maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes dominantes.” (HELLER, 1972, p. 54). Com objetivos particulares, tais grupos usam de estratégias advindas de pensamentos e comportamentos estereotipados para dominar as estruturas sociais. Para Heller, o âmago do preconceito são os falsos juízos relacionados principalmente à fé, questões morais e alienação. Tais pensamentos e comportamentos podem ser reproduzidos durante gerações e gerações.

Pode-se afirmar então que a atitude de preconceito denota uma naturalização de crenças e juízos de valor que não passam por um crivo crítico e, mesmo assim, são divulgados e transmitidos pela dinâmica da cultura, sendo que o sujeito apenas reproduz o que a sociedade transmite, de uma maneira inconsciente. Heller (1972, p. 43), afirma que “quem não se liberta de seus preconceitos artísticos, científicos e políticos acaba fracassando, inclusive pessoalmente”.

A corrente psicológica, por sua vez, apresenta Giordano e Crochík como uma de suas bases. Os autores afirmam que “o preconceito resulta do processo de socialização” Giordano e Crochík (2015 p. 620), no qual o sujeito precisa se adaptar às transformações que vão ocorrendo ao longo da vida a fim de garantir a sua sobrevivência. Quanto maior a dificuldade

em se relacionar, experimentar as mudanças, maior será o preconceito, pois este é “[...] o medo frente ao desconhecido, ao diferente, é menos produto daquilo que não conhecemos, do que daquilo que não queremos e não podemos reconhecer em nós mesmos através dos outros.” (CROCHÍK, 1997 apud GIORDANO; CROCHÍK, 2015, p. 620).

Sobre a relação entre a produção do estereótipo com os preconceitos, Giordano e Crochík (2015, p. 621) aponta que “[...] o estereótipo é produto de nossa cultura que se relaciona com mecanismos psíquicos infantis, quando do seu processo de diferenciação com o mundo externo”. Dessa maneira, percebe-se que o preconceito é resultado da produção de estereótipos originados de ideias pré-concebidas, fornecidas pela cultura e causadora de conflitos psíquicos. Como consequência, gera rigidez de conduta e dificuldade em aceitar as diferenças.

Para a perspectiva psicológica, o preconceito “fala mais” de quem o pratica do que de quem o sofre. Ainda, o termo nos remete a pensar no conjunto de crenças que são reproduzidas pelo social de maneira acrítica, o que, muitas vezes, pode ser enfrentado a partir dos esclarecimentos baseados em evidências científicas. Ao considerar que o preconceito é o conjunto de crenças discriminatórias que reduz o membro de um grupo a uma marca ou diferença, “a característica em questão é vista como essencial definidora da natureza do grupo, e, portanto adere indelevelmente a todos os indivíduos que o compõem.” (MEZAN, 1998 apud SILVA, 2003, p. 1).

A sociedade classifica as pessoas de acordo com suas marcas sociais. A partir daí os sujeitos são avaliados e discriminados. “[...] A discriminação leva à intolerância frente ao diferente. O outro é o diferente. Ao eu só importa o que o eu valoriza. O outro pode ser segregado, excluído ou desrespeitado.” (SALES; SILVA 2008, p.155). Dessa forma, compreende-se os diversos tipos de preconceito existentes, tais como: preconceito de gênero, de raça, religioso e classe social, entre outros. Nesse sentido, apresentaremos alguns dados que corroboram com nossas argumentações.

No que se refere aos preconceitos e violências direcionados contra à negritude, o levantamento do Atlas da Violência de 2017 (CERQUEIRA et al. 2017), relata que os homicídios ocorridos no Brasil entre 2005 e 2015 apontam que, a cada 100 pessoas assassinadas, 71 são negras. As principais vítimas são homens, jovens, negros e de baixa escolaridade. Além disso, um negro possui 23,5% mais chance de ser assassinado do que pessoas de outras raças. Isso desconsiderando a influência de outros fatores, como sexo, nível de escolaridade, idade, estado civil e local de residência. Ou seja, a negritude se torna fator mortal para determinados sujeitos!

“A discriminação racial viola direitos, produzindo e ampliando a desigualdade.” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2016 p.13). Como reflexo disso, ela coloca o negro em situações de humilhação, inferioridade e exclusão. Segundo Oliveira (2017), o preconceito que o nosso país vivencia frequentemente decorre de um passado histórico marcado de pesada escravidão, diferença social e de gênero.

As questões de gênero e sexualidade também se constituem como fatores que instituem marcas negativas a alguns sujeitos e os submetem a diversos tipos de situações de discriminação, preconceito e violência quando estes não se encaixam no conceito de heteronormatividade³. Pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia (2019) aponta as marcas da violência e exclusão geradas pelo preconceito contra sujeitos LGBTI+⁴ na sociedade. O relatório produzido pelo grupo mostra que 420 LGBTI+s morreram no Brasil em 2018 vítimas da LGBTIfobia⁵, sendo 320 assassinatos e 100 suicídios.

Uma pesquisa realizada pelo IBOPE Inteligência (2017) entrevistou 2.002 pessoas de todas as regiões do país. Destas, 17% afirmaram ter algum tipo de preconceito e 83% disseram não ter. No entanto, quando os pesquisadores apresentaram frases com conotação preconceituosa do tipo “*Ela é bonita, mas é gordinha*”, “*Não sou preconceituoso, até tenho um amigo negro*” e “*Mulher tem que se dar ao respeito*”, 73% dos entrevistados afirmaram já terem feito comentários do tipo. As principais manifestações de preconceito entre os brasileiros que se declararam preconceituosos foram baseadas no machismo⁶, que é praticado por 61% das pessoas, e a LGBTIfobia com índice de 29%. Pereira e Oliveira (2017) afirmam que, apesar da negação da atitude preconceituosa, os indivíduos deixam escapar o preconceito de forma sutil nas entrelinhas de discursos carregados de ódio, possivelmente por não reconhecer o preconceito. Para Miranda et al. (2020), a reprodução e naturalização do preconceito é decorrente da ausência de reflexão sobre os grupos sociais e incorporação de mitos e crenças que legitimam as ações de preconceito.

Diante do exposto, argumentamos em favor da necessidade de dialogar com a temática do preconceito em todos os espaços sociais. Dentre estes, a escola, devido ao seu caráter de formação de cidadãos e sujeitos autônomos e críticos.

³ Petry e Meyer (2011, p.195) “ A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa e perspectiva biologicista.”

⁴ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e demais expressões de gênero e/ou de orientação sexual que não se adequam (ou não querem se adequar) às normas heteronormativas.

⁵ Mello et al. (2012) definem o termo LGBTIfobia como o preconceito que afeta os homossexuais, intersexuais, travestis, transexuais, bissexuais e lésbicas, resguardando as diferenças existentes entre eles.

⁶ Castañeda (2006) define o machismo como um conjunto de crenças, atitudes e condutas que considera o homem como superior a mulher.

4 PRECONCEITO NA ESCOLA

O preconceito pode ser evidenciado em diferentes espaços sociais. Dentre eles, a escola se torna uma importante instituição a ser problematizada devido ao longo período de tempo que crianças e jovens permanecem no processo de escolarização. Rangel et al. (2008) argumentam que, por ser reflexo da sociedade na qual se encontra, o ambiente escolar também é composto por grupos humanos heterogêneos e está sujeito a conflitos de relacionamento interpessoal. Tais conflitos podem produzir diversas consequências nos estudantes, dentre elas a exclusão e/ou fracasso escolar (OLIVEIRA, 2017).

De acordo com Louro (2003), a exclusão e a desigualdade são fatores presentes na escola desde a sua constituição, pois a mesma foi criada para atender uma minoritária parcela da população e se encarregou de separar e tipificar os sujeitos por gênero, condição social, religião, idade etc., ou seja, classificá-los e hierarquizá-los com o objetivo de formar sujeitos.

Nas escolas, os saberes e conhecimentos são transmitidos, em muitos casos, de forma limitada. Ao longo da história os grupos sociais marginalizados conquistaram seu espaço e o direito de frequentar a escola. Com isso, ela foi se modificando, ampliando e se tornando plural (LOURO, 2003).

De acordo com Salles e Silva (2008), as diferenças e estereótipos presentes no espaço escolar podem gerar atritos e até violência quando não são problematizados pelos agentes educacionais. Isto ocorre em função da sociedade categorizar as pessoas de acordo com idade, sexo, religião e criar expectativas sobre a forma que a pessoa deve se comportar. Quando isso não ocorre, o indivíduo é reduzido a alguma marca ou característica, gerando conotações depreciativas sobre sua identidade.

Uma pesquisa realizada em 2009 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, (2009) analisou 501 escolas públicas em todo o país. A pesquisa relatou que as atitudes preconceituosas relacionadas ao preconceito étnico-racial foram praticadas por 94,2% dos pesquisados, enquanto 93,5% manifestaram preconceito de gênero, 91% de geração, 87,5% socioeconômico, 87,3% com relação à orientação sexual e 75,95% têm preconceito territorial. As diferenças provocam incômodo, o que resulta em desrespeitos e agressões.

No que se refere ao público foco de nossa investigação, a Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar realizada em 2015 analisou dados produzidos por alunos do nono ano do ensino fundamental das redes públicas e privadas (IBGE, 2016). A análise de 102.072 questionários válidos mostrou que 7,4% dos estudantes já se sentiram ofendidos ou humilhados e que 19,8% declararam que já praticaram alguma situação de intimidação, deboche ou ofensa

contra algum de seus colegas. Dentre os que se sentiram humilhados pelas provocações dos colegas, responderam como principais motivos a aparência do corpo (15,6%) e a aparência do rosto (10,9%). Com relação à frequência das humilhações e provocações dos colegas da escola, 8,4% dos meninos com idade entre 13 e 15 anos relataram que se sentiram humilhados na maior parte do tempo ou sempre.

Outra forma de manifestação de preconceito e exercício da violência entre escolares pode ser nomeada como *bullying* (SILVA; LEITE; FERREIRA, 2017). Este pode ser considerado como uma série de ações agressivas, sem motivação aparente. É manifestado por uma ou mais pessoas que tentam intimidar outra, demonstrando poder sobre a vítima (MEDEIROS, 2012). Segundo Fante (2005, p.27 apud FARIA; COSTA, 2011, p. 2857), *bullying* “[...] se apresenta de forma velada, por meio de um conjunto de comportamentos cruéis, intimidadores e repetitivos, prolongadamente contra uma mesma vítima”. Muitas vezes as agressões estão disfarçadas em formas de brincadeiras e zombarias. *O bullying* pode ser psicológico, sendo manifestado de forma verbal por meio de xingamentos ou ameaças; físico, manifestado, por exemplo, por mordidas ou chutes; e virtual (forma também conhecida como *cyberbullying*), que ocorre por meio de comentários depreciativos, ofensas e ameaças por meio de aparelhos eletrônicos, geralmente mídias sociais (HINDUJA; PATCHIN, 2010, MARCOLINO et al., 2018)

Marcolino et al. (2018) realizaram um estudo para analisar a prevalência de vitimização e agressão por *bullying* em estudantes do Ensino Fundamental. O estudo foi realizado na cidade de Campina Grande, Paraíba, com 678 estudantes do 6º ao 9º ano matriculados em escolas públicas municipais. Por meio de um questionário, os autores identificaram que 29,5% dos escolares foram vítimas de *bullying*. Os principais tipos de *bullying* relatados foram: *bullying* psicológico (23,3%), *bullying* físico e *cyberbullying* (15% e 5,5%, respectivamente). As vítimas são, em sua maioria, do sexo masculino (33,8%).

No Brasil, 17,5% dos alunos na faixa etária de 15 anos é vítima de algum tipo de *bullying* algumas vezes por mês (ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2017). São exemplos desse tipo de violência: apelidos cruéis, hostilização, ridicularização e outros. As consequências são os problemas de afetividade, dificuldade em se relacionar socialmente, baixa autoestima. Em casos mais extremos, a vítima pode ter pensamentos de vingança e de suicídio (MEDEIROS, 2012).

Todavia, cabe ressaltar que as consequências relacionadas ao *bullying* podem ser pensadas para outras formas de preconceitos, tais como o preconceito racial, misoginia⁷, LGBTIfobia, preconceito contra pessoas com deficiência ou que fogem do padrão de estética considerado como “normal” e outros⁸. Tais formas de preconceito podem repercutir fora da escola, atingindo direta ou indiretamente toda a sociedade. Mais ainda, um indivíduo que pratica preconceito quando criança, e não se desfaz de suas concepções e padrões discriminatórios, pode continuar com esse comportamento durante toda sua vida.

Cordeiro e Buendgens (2012) pesquisaram sobre os significados e sentidos relacionados ao preconceito entre escolares. A amostra foi composta por 12 adolescentes com faixa etária entre 14 e 17 anos, matriculados no ensino médio em duas escolas, uma pública e uma privada de uma cidade do sul do Brasil. O instrumento para a geração de dados foi uma entrevista semidirigida com perguntas sobre a temática. Como resultado, identificaram que foram citados vários tipos de preconceitos, dentre eles os mais citados foram: “[...] maior ou menor desempenho na aprendizagem (3), comportamento (3), deficiências (3), homossexualidade (4) e ainda a questão racial (5)” (CORDEIRO; BUDGENS, 2012, p. 48). Os alunos relataram que o preconceito é uma forma de desqualificar e julgar o outro e que muitas vezes o preconceito é evidenciado de forma sutil com conotação de caridade, quando o preconceituoso acha que está fazendo um favor à vítima.

As pesquisas citadas demonstram como a ocorrência de preconceito em ambientes escolares afeta os estudantes em seu convívio e aprendizado, tornando hostis ambientes que deveriam ser acolhedores e de formação de cidadania. Ressalta-se, então, a importância de estudar e dialogar a respeito do preconceito na escola para que seja possível adotar estratégias que permitam reduzi-lo. Dessa forma, a presente pesquisa visa investigar os tipos, espaços e manifestações de preconceito, a fim de conhecer a realidade dos escolares do município de Uberlândia-MG.

⁷ Moterani (2016, p. 167) define misoginia como “[...] ódio ou aversão às mulheres”.

⁸ Cabe ressaltar que a prática do *bullying* precisa ser especificada em relação aos motivos que geram. Ou seja, *bullying* homofóbico, *bullying* de conotação racista, *bullying* contra padrões estéticos etc. Caso contrário, o enfrentamento às diferentes manifestações de preconceito e violência podem ser minados, uma vez que a característica específica que o motiva não é problematizada e desconstruída.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 Tipo de pesquisa

Este é um estudo de caráter quantitativo porque busca quantificar a ocorrência do preconceito e estabelecer quais os espaços em que ele ocorre, a partir das respostas dos escolares que participaram do estudo. Para Fonseca (2002, p. 20), “[...] como as amostras são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa.” Além disso, segundo Polit, Becker e Hungler (2004, p. 201), “A pesquisa quantitativa que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana.”

O delineamento caracteriza-se como uma pesquisa de campo. Segundo Gil (2014, p. 57), “[...] no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes.” Já Fonseca (2002, p. 32) “A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que para além da pesquisa bibliográfica e/ ou documental, se coletam dados junto de pessoas, utilizando diversos tipos de pesquisa.”

Para além da pesquisa bibliográfica que possibilitou conhecer os conceitos sobre a temática, foram produzidos dados a partir da inserção empírica dos pesquisadores nas três escolas que aceitaram participar da pesquisa.

5.2 População e amostra

A população do estudo foi composta por alunos regularmente matriculados no nono ano do ensino fundamental de três instituições de ensino públicas, das redes estadual e municipal, localizadas no município de Uberlândia-MG. A escolha por diferentes instituições se deve à preocupação de verificar se, na visão dos estudantes de diferentes contextos socioeconômicos, a manifestação de preconceito na escola poderia ser considerada como uma situação comum entre instituições com diferentes públicos e localizadas em diferentes regiões da cidade.

Optamos por desenvolver o estudo com estudantes do nono ano do ensino fundamental devido ao fato de, nessa fase de escolarização, os mesmos já terem vivenciado todo o processo de formação nesse nível da educação básica.

A escolha pelas instituições se deu por critérios intencionais. Uma das escolas desenvolve parceria com o grupo de pesquisa⁹ no qual a presente investigação foi realizada. A escolha pela segunda escola deu-se pela proximidade da Faculdade de Educação física e Fisioterapia, o que favoreceu a produção de dados. Já a terceira instituição participante foi escolhida devido a uma integrante do grupo de pesquisa ser nela professora atuante. Os critérios adotados para a escolha intencional das unidades escolares favoreceu a entrada em campo e produção dos dados que permitiram a conclusão da presente investigação.

Após as escolhas e sinalização positiva para o acesso às unidades escolares, realizamos uma reunião pré-agendada junto aos gestores de todas as instituições a fim de apresentar o projeto, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ser entregue aos responsáveis legais pelo estudante menor de 18 anos (TCLE) (Anexo A) e o Termo de Assentimento (TA) para menores entre 12 e 18 anos incompletos (Anexo B), termo este em que o próprio estudante é reconhecido, eticamente, como um protagonista para decidir sobre sua participação na investigação, conforme prevê a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a pesquisa com seres humanos, bem como a Resolução 510/2016 que regulamenta as "pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana" (CONSELHO NACIONAL SAÚDE, 2016).

Após o consentimento das instituições, os alunos foram convidados a participar da pesquisa. Os critérios de inclusão adotados para a participação dos alunos foram: (i) estar regularmente matriculado no nono ano do ensino fundamental em uma das três instituições participantes; (ii) aceitar colaborar voluntariamente com a pesquisa; (iii) entregar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais ou responsáveis legais; (iv) assinar o Termo de Assentimento, consentindo sua participação na pesquisa.

Os critérios de exclusão foram: (i) não entregarem os termos (TCLE e TA) até a data de aplicação do instrumento para a geração de dados; (ii) na data da aplicação do instrumento não estar presente em sala de aula; (iii) mesmo ao ter entregado os termos assinados, na data de aplicação do instrumento decidir não mais participar da pesquisa.

⁹ GPESP – Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividade, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e sediado na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia.

5.3 Instrumentos

Para a produção dos dados foram aplicados aos estudantes participantes dois questionários. Para Gil (2014, p. 121), “o questionário é um instrumento que tem o objetivo de coletar informações das amostras alvo.” Segundo o autor, o questionário preserva a identidade do participante, atinge um grande número de pessoas e garante o anonimato das respostas, dentre outros.

O primeiro questionário (Apêndice A) intencionou gerar informações acerca de questões socioeconômicas dos participantes, tais como renda familiar, idade, gênero autorrepresentação de cor etc. O segundo questionário (Apêndice B) objetivou identificar a ocorrência de preconceito na escola, quais os tipos mais frequentes e em quais locais da escola eles mais ocorrem. O segundo instrumento foi elaborado com sete questões abertas, sendo a última um espaço para que o próprio aluno se manifestasse em relação a temas que não foram perguntados diretamente.

Os questionários foram aplicados em dias e horários previamente agendados com as instituições escolares. A aplicação ocorreu nas dependências da escola durante o período regular de aulas, em momento combinado com o professor regente. Antes da aplicação dos questionários, a pesquisadora responsável fez a leitura do material na íntegra para os/as estudantes, esclarecendo possíveis dúvidas.

5.4 Análise dos dados

Os dados foram tabulados no *software* Microsoft Office Excel 2013. Do primeiro questionário foram elencadas para análise as seguintes informações: idade, gênero, autorrepresentação de cor e renda mensal familiar. Os dados foram dispostos em uma planilha e quantificados com o uso do *software*.

Do segundo questionário (incidência de preconceitos), foram elencadas para análise as perguntas 2, 3, 5 e 6 (ver Apêndice B), pois elas se relacionam especificamente com os objetivos específicos da pesquisa. Para as questões 2 e 5, as respostas foram categorizadas em “Sim” ou “Não” e quantificadas. Para as questões 3 e 6, as respostas foram categorizadas de acordo com o que foi respondido por cada participante e então quantificadas. Com os dados quantificados, foram elaborados gráficos (em formatos “pizza” e “barra”) e quadros que sintetizam as informações obtidas.

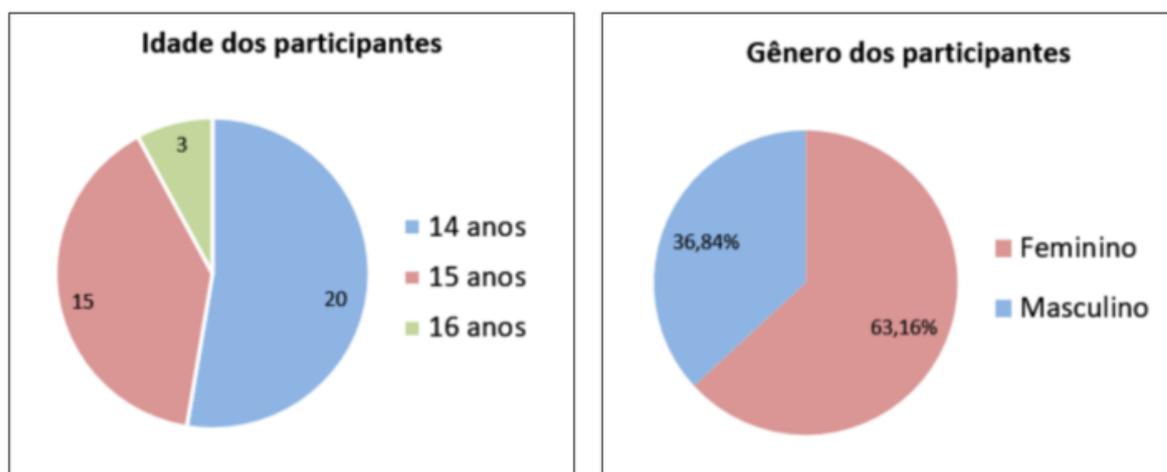
Apresentaremos os resultados em três subdivisões. Na primeira, focaremos nas informações socioeconômicas que caracterizam os participantes (Perfil socioeconômico dos estudantes participantes). No segundo momento, analisaremos, a partir das respostas dos estudantes, se percebem a manifestação de preconceitos e em quais espaços escolares eles, frequentemente, ocorrem (Eixo 1: Incidência de preconceito e espaços escolares em que ocorrem). Na última subdivisão, apresentaremos os tipos de preconceito mais frequentes que ocorrem nas instituições investigadas, a partir da ótica dos estudantes (Eixo 2: Tipos de preconceito identificados pelos escolares).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Perfil socioeconômico dos estudantes participantes

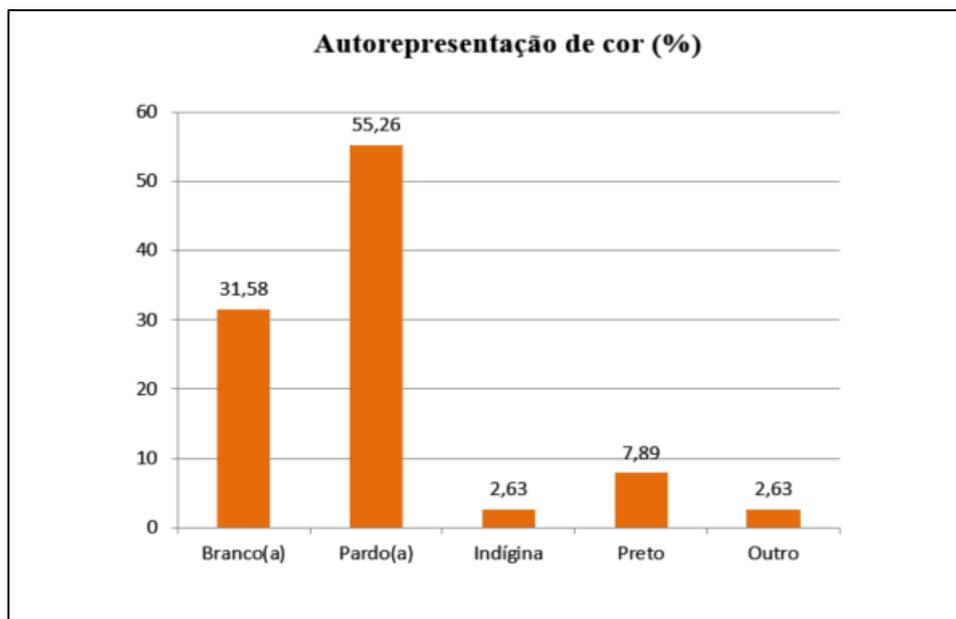
Nesta subdivisão são apresentadas características socioeconômicas dos participantes (primeiro questionário – Apêndice A). No total, participaram da pesquisa 38 estudantes do nono ano do ensino fundamental de três escolas públicas. O Gráfico 1 mostra a distribuição de idade dos participantes e o gênero informado por eles. A menor idade informada foi 14 anos (20 estudantes) e a maior, 16 (3 estudantes). A maioria dos participantes é do gênero feminino (63,16%).

Gráfico 1 - Idade e gênero dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos participantes quanto à autorrepresentação de cor. A maioria dos estudantes declarou-se parda (55,26%). O grupo contou ainda com 31,58% de pessoas autodeclaradas brancas, três pessoas autodeclaradas pretas (7,89%), uma indígena (2,63%) e uma que não se sentiu representada pelas opções apresentadas (categorizada como “Outro”).

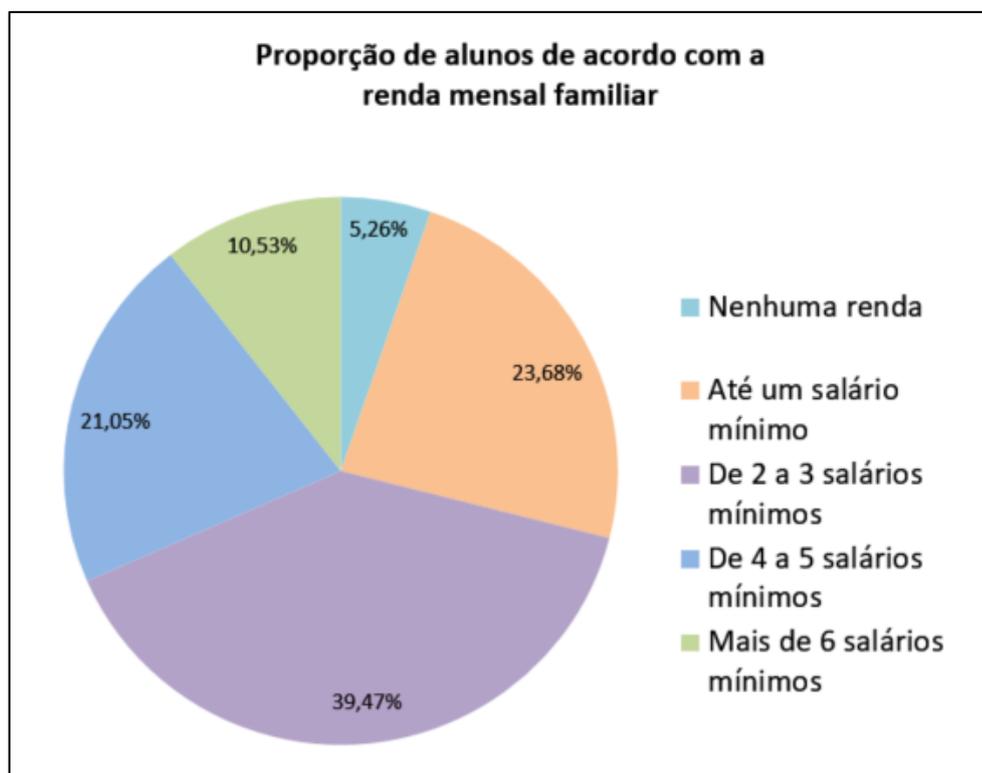
Gráfico 2 - Autorrepresentação de cor pelos participantes

Fonte: Elaborado pela autora.

A presença de maior quantidade de pardos, seguida por brancos e pretos, percebida pela autorrepresentação dos estudantes, reflete a ordem de ocorrência identificada pelo IBGE em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016 (IBGE,2017). Ela indica que a população parda brasileira representava em 2016 a maioria da população (46,7%), seguida pela população branca (44,2%) e pela população preta (8,2%).

No que diz respeito à renda, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares divulgada pelo IBGE em 2019 23,9% das famílias brasileiras recebiam até 2 salários mínimos (IBGE, 2019). Essa situação é parcialmente refletida no contexto do presente trabalho, no qual 26 dos 38 participantes encontram-se em uma faixa de renda mensal familiar que inclui “Nenhuma renda”, “Até um salário mínimo” e “De 2 a 3 salários mínimos”. Destas, a faixa de renda de até um salário mínimo concentra 23,58% dos participantes, conforme apresentado no Gráfico 3. A faixa que varia entre 2 e 3 salários mínimos é, por sua vez, aquela que concentra a maior proporção de estudantes pesquisados (39,47%). Uma minoria (5,26%) declarou ter renda mensal familiar a partir de 6 salários mínimos.

Gráfico 3 - Renda familiar dos participantes.

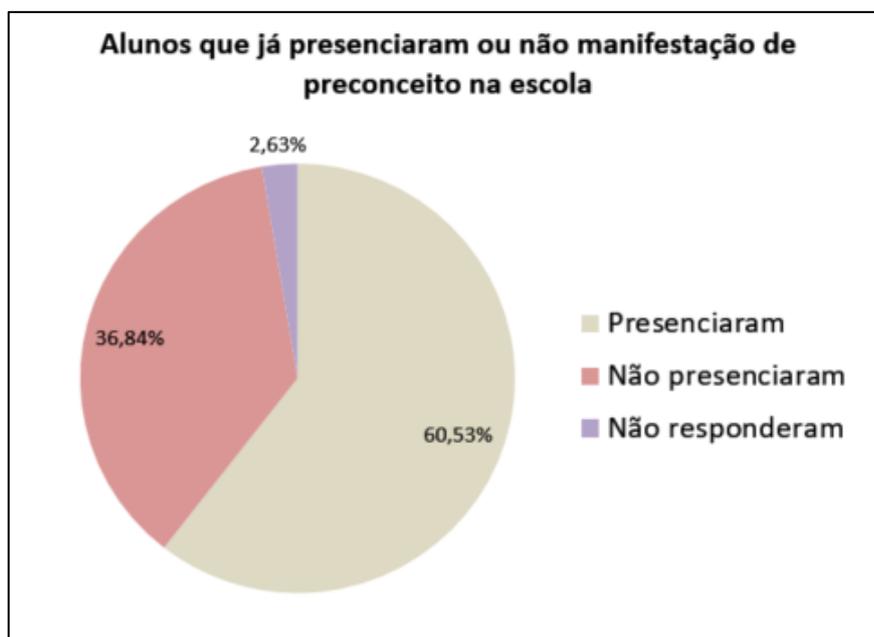


Fonte: Elaborado pela autora.

6.2 Eixo 1: Incidência de preconceito e espaços escolares em que ocorrem

Nesta seção apresentaremos os dados relacionados às respostas dos estudantes sobre a existência de preconceito na escola. Também exporemos os locais, por eles indicados, em que tais práticas se fazem presentes. Para facilitar a visualização, apresentaremos gráficos e trechos das narrativas gerados pelo questionário temático e, sempre que possível, exercitaremos o confronto dos dados com a literatura da área.

Ao perguntarmos aos alunos se eles já tinham presenciado alguma manifestação de preconceito dentro da escola, 36,84% responderam que não e 60,53% afirmaram que sim (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Manifestação de preconceito no ambiente escolar

Fonte: Elaborado pela autora.

Alguns trechos das entrevistas apresentaram mais detalhes sobre o ocorrido.

Sim, no ano anterior um dos alunos se achava melhor que o outro. Zoava cor, peso, condição e classe social de todos. (A 8)

Sim. Racismo, gordofobia e homofobia. Já ouvi gente falando que negro tem que ficar na cadeia; funcionários falou [sic]¹⁰ que ele tava precisando comer menos; homofobia: falando que Deus criou Eva e Adão e não duas Evas e Dois Adãos. (A 3)

Sim. Zombaram de uma criança menor por andar em uma cadeira de roda. (A 4)

Sim. Vindo de funcionários da escola, direcionados aos alunos. (A 5)

Sim, pois na escola as crianças e até mesmo a direção da escola com os alunos, falando que a pessoa não dá conta de andar pois está gordo etc. (A 14)

A partir das falas é possível identificar que representações negativas sobre determinadas características corporais, modos de agir e tentativas de menosprezar o outro por conta da classe social marcam presença nas vivências escolares dos estudantes participantes

¹⁰ Advérbio latino utilizado entre colchetes para indicar que alguma expressão está escrita da forma como aparece na fonte da informação.

da pesquisa. Citam que racismo, homofobia, preconceito contra pessoas com deficiência, entre outros, se materializam em seus cotidianos na escola.

Como problematizado na revisão de literatura do presente trabalho, Salles e Silva (2008) afirmam que as diferenças entre os estudantes tornam-se motivos para que o preconceito seja manifestado e disseminado no espaço escolar. Cabe questionar de que maneira os estudantes alvo do preconceito recebem essas marcações e como elas agem durante o processo de construção de suas identidades.

Prado (2017) argumenta que o sujeito marcado por determinada diferença a partir de um marcador social, além de não se sentir pertencente ao grupo pode construir sua identidade a partir da fragilização da representação de si. Tal fato, muitas vezes, despotencializa o sujeito e contribui para representar o espaço escolar como hostil e repulsivo.

Quando questionados se já tiveram preconceito com algum colega, 71,05 % dos alunos afirmaram não ter manifestado preconceito (Gráfico 5). Os demais, 28,95%, afirmaram já terem tido preconceito e alguns relataram já ter xingado e zombado dos colegas com relação a forma de vestimenta e sobrepeso, conforme exemplos de relatos a seguir.

Sim, por ele ser gordo. (A 8)

Sim, já critiquei o modo de vestir das pessoas pelas costas. (A 35)

Sim, por conta dela ser gorda, mais [sic] me arrependo profundamente. (A 17)

Sobre os 28,95% que afirmaram que já tiveram preconceito, as narrativas das entrevistas permitiram compreender como reelaboram o fato. Todavia, caberia questionar se esses respondentes sentiram ou agiram de modo preconceituoso com os amigos, dimensão que não pode ser pensada a partir do instrumento utilizado:

Sim, zoação, mas as pessoas que zoamos somos parças [sic]. (A 36)

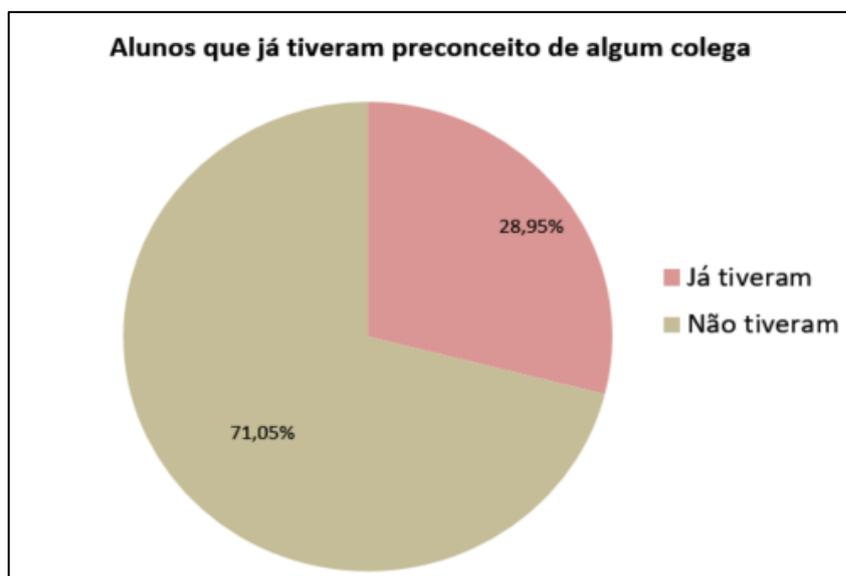
Sim, na brincadeira, mas nunca passei dos limites. (A18)

Sim, mas nunca o ofendi. (A 1)

Sim, vários apelidos, xingamentos do meu coleguinha. (A 5)

Bandeira e Batista (2002) argumentam que as ações punitivas e as representações imorais do preconceito inibem as pessoas de admitir que têm preconceito. Daí a discrepância entre a grande quantidade de pessoas que relatam terem sofrido ou presenciado preconceito e a pequena quantidade que afirma tê-lo praticado.

Gráfico 5 - Alunos que tiveram preconceito de algum colega ao menos uma vez.

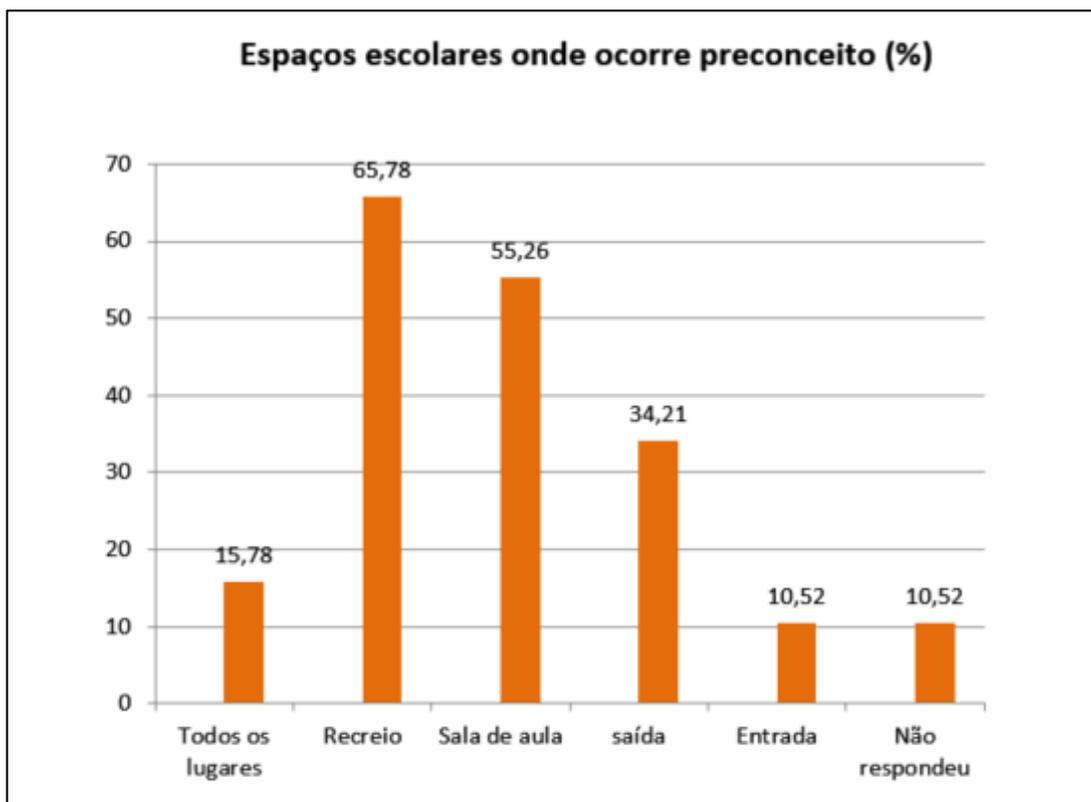


Fonte: Elaborado pela autora.

Também indagamos os estudantes sobre os espaços escolares em que identificavam a ocorrência de preconceitos. O recreio foi o espaço mais mencionado, sendo citado por 65,78% dos estudantes. Em seguida, foram mencionados a sala de aula (55,26%) e a saída da escola (34,21%) (Gráfico 6). Essa percepção vai de encontro ao estudo realizado por Pereira; Silva e Nunes (2009), que apontam que os lugares com maior ocorrência de agressões são os recreios e em seguida os corredores, escadas e salas de aula.

PEREIRA et al. (1997, p. 233 apud SEBASTIÃO, ALVES E CAMPOS 2003, p. 45) "[...] consideram que a falta de organização do espaço e tempo do recreio são convidativos para a existência de comportamentos agressivos (*bullying*)".

O programa Educar para a Paz (SÃO PAULO, 2009), que visa reduzir o *bullying* e outros tipos de violência em escolas públicas e privadas, por exemplo, leva isso em consideração e propõe intensificar as ações de incentivo à solidariedade e tolerância no recreio e também nos horários de entrada e saída da escola.

Gráfico 6 - Espaços de ocorrência de preconceito

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados também demonstram que, embora com a presença de professores e professoras, os respondentes indicam que a sala de aula se constitui em um espaço para a prática do preconceito. 55,26% responderam que nesse ambiente a prática do preconceito é observada, fato que constitui tal espaço como o segundo local de maior incidência de acordo com a pesquisa realizada. Louro (2003) argumenta que a escola é um espaço que pode contribuir para a construção e disseminação de representações sociais sobre os sujeitos. Para a autora, a escola, além de ensinar conteúdos, também ensina os sujeitos a serem de determinadas maneiras, subjugando com isso sujeitos que fogem da regra de normalidade imposta, a saber: homem, branco, ocidental, heterossexual, cristão e de classe média. Todas as representações que subvertem essa lógica são consideradas como “diferentes” e passam pelo processo de discriminação que pode gerar preconceito e violência. No que se refere aos preconceitos manifestados em sala de aula, os componentes curriculares citados como “cenários” para essas expressões foram:

Quadro 1 - Preconceito presenciado dentro da sala de aula por componente curricular e gênero.

Componente curricular	Ocorrência	Gênero
Ensino Religioso	1	Feminino
História	1	Feminino
Inglês	2	Feminino
Matemática	1	Feminino
Português	1	Feminino
Educação Física	2	Feminino e Masculino

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste quadro apresentamos a ocorrência de preconceito relacionando gênero e componente curricular. A ocorrência de preconceito é maior nas disciplina Inglês pelo gênero feminino e Educação Física, sendo esta última percebida por ambos os gêneros.

Kaminski e Tassa (2008) relatam em seu estudo que a maioria dos alunos investigados alegou ter presenciado situações de violência durante as aulas de educação física. Estas ações são motivadas por competitividade, quando o aluno faz um movimento errado, tem dificuldade para executar uma ação, erra a cesta de basquete, o gol entre outros. A manifestação da violência se dá por xingamentos, “sarros” e empurrões. As autoras ainda afirmam que as agressões durante as aulas de educação física estão relacionadas às emoções causadas pela prática do esporte, que podem ser negativas ou positivas.

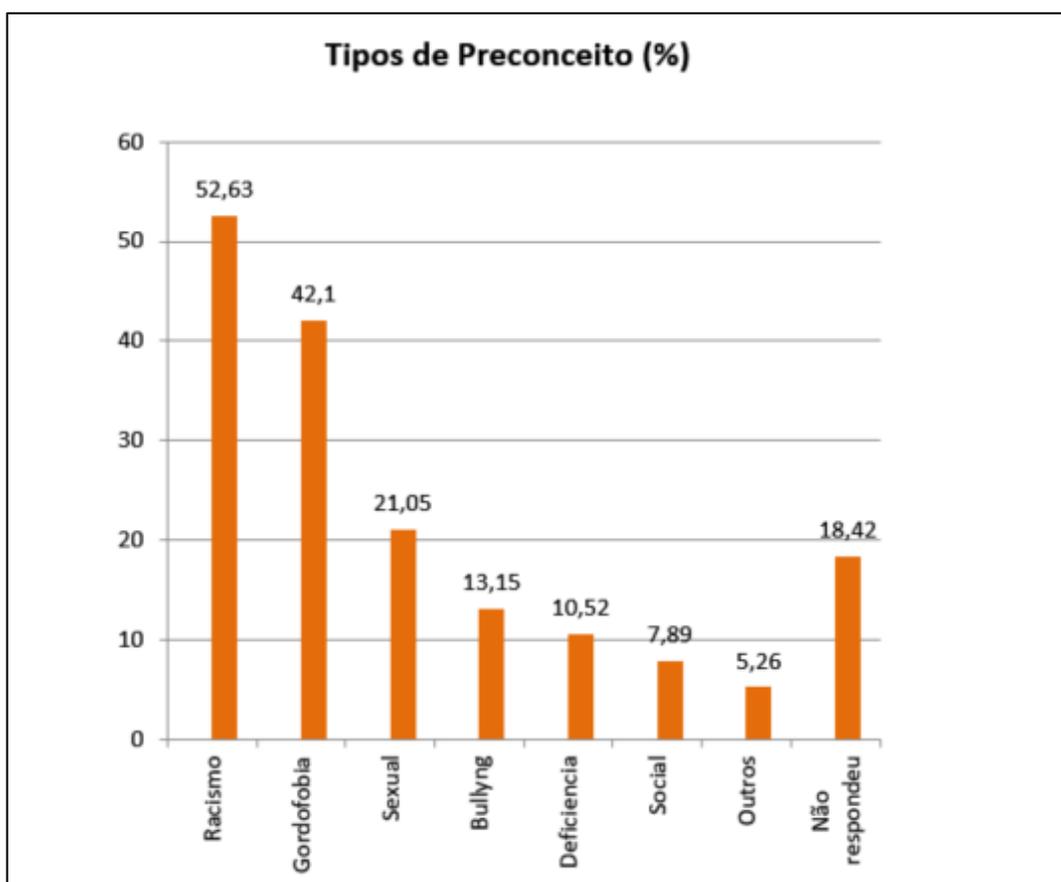
Prodócimo e Costa (2011) afirmam que, embora o maior contato físico dos alunos durante a aula de educação física favoreça o acontecimento de atos agressivos, atitudes como piadas, brigas e xingamentos durante o jogo são aceitos como naturais.

6.3 Eixo 2: Tipos de preconceito identificados pelos escolares

Nesta seção apresentaremos a incidência de preconceitos na escola, na perspectiva dos estudantes, no que se refere ao tipo de preconceito presenciado. Também tentamos estabelecer a relação entre tipo de preconceito e ocorrência. Os dados serão apresentados quantitativamente e de modo descritivo.

A partir dos dados gerados percebemos que são variados os tipos de preconceito identificados pelos estudantes. Temos que o racismo foi identificado como o mais recorrente seguido de manifestações negativas para com pessoas gordas. Preconceito sexual, social e “outras” manifestações também foram mencionados.

Gráfico 7 - Tipos de preconceito e ocorrência em percentual quando somados as ocorrências identificadas pelos dois gêneros



Fonte: Elaborado pela autora.

O que podemos problematizar é que, na escola, são diversos os tipos de preconceito vivenciados e/ou identificados pelos escolares. Questionamos o quanto essas experiências

afetam os sujeitos a que são direcionados. Cabe destacar que a pesquisa foi realizada com estudantes do nono ano do ensino fundamental, o que nos instiga a perguntar: durante os oito anos anteriores neste nível de escolarização, tais situações seriam recorrentes? Essas situações influenciam os processos de acolhimento e pertencimento dos sujeitos nos espaços escolares? Seria possível aprender em um ambiente hostil? Como as identidades dos escolares são construídas quando transpassadas por situações de preconceito?

No que se refere às questões de gênero, também questionamos se haveria diferenças na percepção do tipo de preconceito vivenciado. Meninas e meninos perceberiam esse modo de violência de modos distintos? Assim, fizemos o cruzamento entre tipo de preconceito percebido de acordo com o gênero dos estudantes.

Quadro 2 - Preconceito presenciado no ambiente escolar por tipo e gênero.

Tipo de preconceito	Ocorrências (gênero feminino)	Ocorrências (gênero masculino)
Racismo	14	6
Gordofobia	10	6
Sexual	5	3
Bullying	2	3
Deficiência	2	2
Social	2	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe ressaltar que 63,16% dos participantes são do gênero feminino, o que pode influenciar a diferença na quantidade de ocorrências percebidas por cada gênero. Apesar disso, é notável a diferença entre a quantidade relatada de ocorrências de racismo e gordofobia de acordo com o gênero do estudante. Domingues et al. (2013) afirmam que a percepção sobre a discriminação racial é maior em alguns grupos do que em outros. Pessoas negras e mulheres, por exemplo, percebem o racismo com maior intensidade. As ocorrências de gordofobia foram relatadas, em sua maioria, por meninas. Segundo a Pesquisa Nacional de

Saúde do Escolar, realizada em 2015 (IBGE, 2016), a proporção de meninas do nono ano que se acham gordas (tanto de escolas públicas quanto de privadas) é maior que a de meninos que se acham gordos (21,8% x 14,6%). Durante a análise dos dados, não raro nos deparamos com depoimentos mostrando esse tipo de preconceito sendo direcionado a estudantes do gênero feminino, como mostram os exemplos a seguir.

Poucas vezes que pude realmente entender que eu estava passando por um certo tipo de preconceito, mais [sic] enfim, me chamaram de gorda, então fiquei muito deprimida e tentando mudar essa situação. Fiz várias dietas malucas, etc. (A 26)

Sim, por conta dela ser gorda, mais [sic] me arrependo profundamente. (A 17)

Me chamaram de gorda. (A 34)

De acordo com a pesquisa realizada por Bittencourt et al. (2009), a percepção de preconceito relacionado ao corpo é maior nas meninas.

Sousa; Araújo e Nascimento (2016) afirmam que os adolescentes levam em conta a opinião dos colegas sobre os seus corpos. Os jovens constituem um grupo suscetível aos padrões impostos pela sociedade e idealizam um corpo “perfeito” imposto pela mídia. Quanto mais distante o corpo está dessa idealização, maior a chance de despertar comportamentos prejudiciais à saúde e à integridade da vítima. Além disso, tem-se o medo de ser discriminado e perseguido (SOUSA; ARAÚJO; NASCIMENTO, 2016).

Como se pode ver o corpo, em especial o das meninas, é alvo de críticas e ataques, quando julgados fora do padrão social. Estes julgamentos e discriminações, além de promover a exclusão, podem provocar na vítima sentimentos de não aceitação do corpo, tristeza e provocar consequências sérias como depressão, transtornos alimentares e suicídio.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocorrência de preconceito, qualquer que seja sua natureza, é um fator prejudicial a qualquer ambiente social. A identificação de sua ocorrência, sua problematização e o debate se tornam ainda mais relevantes quando o preconceito acontece em ambientes escolares. Isso porque eles representam espaços que, além de promoverem a aquisição de conhecimentos elaborados e a preparação para o mercado de trabalho, também são voltados para a formação da plena cidadania.

Este trabalho apresentou um estudo envolvendo 38 estudantes do nono ano do ensino fundamental de três escolas públicas (tanto da rede municipal quanto da rede estadual de ensino), situadas na cidade de Uberlândia – MG, Brasil. Por meio de uma pesquisa quantitativa que envolveu questionários socioeconômico e temático, foi possível identificar algumas características relativas à incidência de preconceito nessas escolas. 60,53% dos estudantes relataram já terem testemunhado a ocorrência de preconceito dentro da escola. Além disso, 28,95% dos entrevistados admitiram ter praticado preconceito. Dentre os vários tipos de preconceito, o racismo (52,63%), a gordofobia (42,1%) e o preconceito de cunho sexual (21,05%) foram os três tipos com maior ocorrência de acordo com os participantes. Os espaços escolares com maior incidência de preconceito relatados são o recreio (65,78%) e a sala de aula (55,26%), mesmo com a presença do professor responsável.

Os resultados obtidos por este trabalho podem ser utilizados como fatores motivadores para o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de decisões pedagógicas, gerenciais e políticas que foquem em reduzir o preconceito na escola. Além de motivar, tais informações podem ser utilizadas como direcionadores, indicando para o gestor tanto qual o tipo de preconceito que deve ser o foco da ação, quanto os principais espaços escolares para atuação.

Como trabalho futuro, propõe-se aumentar o tamanho da amostra analisada, ampliando a pesquisa para outras escolas (inclusive da rede privada de ensino) e diferentes séries escolares. Além disso, discussões cotidianas sobre preconceito em ambientes escolares envolvendo alunos, pais e funcionários, e consequente readequações dos projetos político-pedagógicos das escolas para incorporar essa temática, podem ter efeito na redução do preconceito.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, G. G. **Comportamentos de risco na alta adolescência**: um estudo de caso em proposta transdisciplinar. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1886/1/Texto%20Completo.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feminista**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 119- 141, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/381/38110107.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.
- BITTENCOURT, A. A. *et al.* Sentimento de discriminação em estudantes: prevalência e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 236- 45. 2009. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0034-89102009000200004&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 9 dez 2019.
- CARVALHO, M. A construção das identidades no espaço escolar. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n.1. p 209-227, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:s9IVtWQowUkJ:https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/download/2161/2521+&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 04 abr. 2019.
- CASTAÑEDA, M. **O machismo invisível**. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.
- CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em: 11 maio 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Série assistente social no combate ao preconceito: racismo**. Brasília, DF: CFESS, 2016. (Caderno 3). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 510/2016**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> Acesso em: 18 dez. 2019.
- CORDEIRO, A. F. M.; BUENDGENS, J. Preconceitos na escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 16, n.1, p. 45-54. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282323570005> Acesso em: 15 abr. 2019.
- DOMINGUES, P. M. L. *et al.* Discriminação racial no cuidado em saúde reprodutiva na percepção de mulheres. **Texto e contexto - Enfermagem**. Florianópolis. v. 22, n.2, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072013000200003. Acesso em: 30 dez. 2019.
- FARIA, A. C. A; COSTA, J. B. O. Violência escolar: o fenômeno bullying e a formação docente. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE,10., 2011, Curitiba.

Anais [...]. São Paulo: PUCPR, 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5135_2715.pdf Acesso em: 01 dez 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (SP). **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual**: produto 7: relatório analítico final. São Paulo: Fundação Instituto De Pesquisas Econômicas, 2009. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Educacao/Doutrina/Pesquisa%20Diversidade_Sumario%20resultados%20descritivos.pdf. Acesso em: 05 maio 2019.

GIL, C. A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

GIORDANO, R. C; CROCHIK, J. L. Teoria crítica, formação indivíduo e preconceito: um olhar sobre as escolas da região norte (PA/BR). **Inter-Ação**, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 607-642, set./dez. 2015. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:giDwTP8QITQJ:https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/20931+&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 05 maio 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de lgbt+ no Brasil**: relatório 2018. Salvador: GGB, 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>. Acesso em: 03 jun 2019.

HELLER, H. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972.

HINDUJA, S. PATCHIN, J; W. Bullying, Cyberbullying and Suicide. **Archives of Suicide Research**, [s. l.], v. 14, p, 206–221, 2010. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13811118.2010.494133?casa_token=ZCsUQ8XKcjAAAAAA%3AGNFgx9BV6im9mCEQJLjxmMzkeMxu6yly603DbPCY62uFlqErc7zol1txYATdbGeljMJctPcZ16eev49U. Acesso em: 26 dez. 2019.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde do escolar 2015**. Brasília, DF: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: famílias com até R\$ 1,9 mil destinam 61,2% de seus gastos à alimentação e habitação. Brasília, DF: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25598-pof-2017-2018-familias-com-ate-r-1-9-mil-destinam-61-2-de-seus-gastos-a-alimentacao-e-habitacao>. Acesso em: 8 dez 2019

IBGE. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. Brasília, DF: IBGE, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos> Acesso em: 8 dez. 2019.

IBOPE INTELIGÊNCIA. 7 entre cada 10 brasileiros já fizeram comentários preconceituosos. *In: IBOPE inteligência*, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/7-entre-cada-10-brasileiros-ja-fizeram-comentarios-preconceituosos/> Acesso em: 02 jun 2019.

KAMINSKI, M. G. A; TASSA, K.O.M.E. A prática pedagógica do professor de Educação Física e a violência no contexto escolar. **A prática pedagógica do professor de Educação Física e a violência no contexto escolar**. 1. Ed. Curitiba: Editora da SEED/PR, 2008, v. 2, p. 3-25.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf> Acesso em: 12 dez 2019

MARCOLINO, E, C *et al* . Bullying: prevalência e fatores associados à vitimização e à agressão no cotidiano escolar. **Texto contexto: enfermagem**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e5500016, 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000100304. Acesso em: 05 dez. 2019.

MEDEIROS, A. V. M. **O fenômeno bullying: (in)definições do termo e suas possibilidades**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: https://pos-sociologia.cienciassociais.ufg.br/up/109/o/2012_-_Alexandre_MALMANN_-_Disserta%C3%A7%C3%A3o_-FINALIZADA.pdf. Acesso em: 03 jun. 2019.

MELLO, L; AVELAR, R. B; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF , v. 27, n. 2, p. 289-312, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a05v27n2.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

MIRANDA, A. R. A. *et. al*. Isto já está superado! A justificativa do Preconceito no setor bancário. **Psicologia: organização e trabalho**. Brasília. v. 20, n. 1, p. 947-955, jan/mar 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v20n1/v20n1a12.pdf>. Acesso em: 03 jan 2020

MOTERANI, G. M. B; CARVALHO, F. M. Misoginia: a violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica. **Avesso do Avessor**. v. 14, n. 14, p. 167-178, nov. 2016. Disponível em: http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v14_artigo11_misoginia.pdf. Acesso em 16 maio. 2019

OLIVEIRA, A. F. C. Preconceito na escola. **Interatividade**, Andradina, v. 5, n. 1, p. 133-146 1º sem. 2017. Disponível em: <http://www.firb.br/editora/index.php/interatividade/article/view/219/316>. Acesso em: 31 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **How much of a problem is bullying at school?** Paris: Organisation For Economic Cooperation

And Development, 2017. (PISA in Focus, 74). Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/728d6464-en.pdf?expires=1559326442&id=id&accname=guest&checksum=8E88ADED3E9D83AB682DAED39D6E6377>. Acesso em: 19 mar. 2019.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: KOLLER, S. H. (org.). **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 16-24. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf> Acesso em: 19 nov. 2019.

PEREIRA, B; SILVA, M. I; NUNES, B. Descrever o Bullying na escola: estudo de um agrupamento de escolas no interior de Portugal. **Diálogo Educacional**, Curitiba. v. 9, n. 28, p. 455-466. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189114443004.pdf>. Acesso em 1 dez 2019.

PEREIRA, G. S. ; OLIVEIRA, C. M. Sutilezas preconceituosas em discursos sobre preconceito racial. **EnsiQlopédia**, Osório, v. 14, n. 1, p123-132, 2017. Disponível em: <http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/ensiq/article/view/214/pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

PETRY, A. R. D; MEYER, E. E. Transsexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011. |Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527168015.pdf>. Acesso em: 15 dez 2019

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PRADO, V. M.. Entre queerpos e discursos: normalização de condutas, homossexualidades e homofobia nas práticas escolares da Educação Física. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, p. 501-519, 2017. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.12i2.0012. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8809/5356> Acesso em: 16 dez. 2019.

PRODÓCIMO, E. ; COSTA, R. R. . Violência na escola: uma análise dos atos agressivos cometidos em escolas do Rio de Janeiro. **Cadernos Unifoa**. Volta Redenda, v. 6, n. 2. 2011. Disponível em: <http://moodleead.unifoa.edu.br/revistas/index.php/cadernos/article/view/1680> . Acesso em: 2 dez 2019

RANGEL, A. C. I. *et al.* Educação física escolar e multiculturalismo: possibilidades pedagógicas. **Motriz**, Rio Claro, v. 14, n. 2, p. 156-167, abr./jun. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/10584770/Educa%C3%A7%C3%A3o_F%C3%ADsica_Escolar_e_multiculturalismo_possibilidades_pedag%C3%B3gicas. Acesso em: 31 maio 2019.

SALLES, F. M. L.; SILVA, J. M. A. P. Diferenças, preconceito e violência, no âmbito escolar: algumas reflexões. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 30, p. 149 - 166, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1768/1643>. Acesso em: 19 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Preconceito e discriminação no contexto escolar: guia com sugestões de atividades preventivas para a HTPC e sala de aula.** São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2009. Disponível em: https://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/B_Prevencao_07.02.11.pdf. Acesso em: 2 dez 2019.

SEBASTIÃO, J; ALVES, M. G; CAMPOS, J. Violência na escola: das políticas aos quotidianos. **Sociologia, Problemas e Práticas.** Lisboa, n. 41, p. 37-62. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n41/n41a02.pdf>. Acesso em: 03 dez 2019.

SILVA, I. M.; LEITE, J. O.; FERREIRA, S. **Análise dos trabalhos de conclusão do curso de Pedagogia sobre bullying e escola (2000-2016).** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2017.

SILVA, S. G. Preconceito no Brasil contemporâneo: as pequenas diferenças na constituição das subjetividades. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 23, n. 2, p. 2-5, jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n2/v23n2a02.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. Disponível em: http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/a_producao_social_da.htm . Acesso em: 31 maio 2019.

SOUSA, A. R.; ARAÚJO, J. L.; NASCIMENTO, E. G. C. Imagem corporal e percepção dos adolescentes. **Adolescência e Saúde.** Rio de Janeiro. v. 13, n. 4, out/dez. 2016.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO
PESQUISA “INCIDÊNCIA DE PRECONCEITO ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO
FUNDAMENTAL NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG”

Data: ____/____/____

Idade: _____

Gênero: () masculino () feminino () outro

Bairro onde o aluno mora: _____

Escola: _____

Turma: _____

1. VOCÊ SE AUTODECLARA:

() Branco/a

() Pardo/a

() Indígena

() Preto/a (termo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE))

() Outro

2. RENDA MENSAL FAMILIAR (Valor atual do salário mínimo: R\$ 998,00):

() Nenhuma renda

() Até 1 salário mínimo (até R\$998)

() De 2 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.996 até R\$ 2.994)

() De 4 a 5 salários mínimos (de R\$ 3.992 até R\$ 4.990)

() Mais de 6 salários mínimos (acima de R\$5.988)

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

Formação técnica

Pós-graduação

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO
PESQUISA “INCIDÊNCIA DE PRECONCEITO ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO
FUNDAMENTAL NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG”

1. O que é preconceito?

2. Você já presenciou alguma manifestação de preconceito dentro da escola? Em caso afirmativo, descreva como foi essa situação.

3. Quais tipos de preconceito você já presenciou na escola?

4. Caso já tenha sofrido ou presenciado alguma manifestação de preconceito, o que você sentiu?

5. Você já teve preconceito de algum colega? Se sim, qual preconceito?

6. Na escola, onde surgem mais situações preconceituosas (recreio, em quais aulas, entrada e saída da escola, etc.)?

7. Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre preconceito?

Obrigada por responder ao questionário!

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RESPONSÁVEL LEGAL POR MENOR DE 18 ANOS

Considerando a sua condição de responsável legal pelo(a) menor, apresentamos este convite e solicitamos o seu consentimento para que ele(a) participe da pesquisa intitulada “Incidência de preconceito entre estudantes do ensino fundamental na cidade de Uberlândia-MG” sob a responsabilidade dos pesquisadores Mariana Luiz de Melo e Vagner Matias do Prado.

Nesta pesquisa, nós estamos buscando investigar a incidência do preconceito entre estudantes do ensino fundamental de três instituições escolares (uma pública, uma privada e um colégio de aplicação) e quais as formas mais frequentes de discriminação na perspectiva de alunos do nono ano do ensino fundamental. Trata-se de um projeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Mariana Luiz de Melo, e o local de obtenção do termo será diretamente nas instituições de ensino que aceitaram colaborar com este projeto, respeitando os horários de disponibilidade dos voluntários. Ressaltamos que o participante dispõe de tempo para decidir se concorda com a participação na pesquisa de acordo com o item IV da Resolução CNS 466/12 ou Cap. III da Resol. 510/2016, quando for pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Na participação do(a) menor sob sua responsabilidade, ele(a) responderá dois questionários, sendo um questionário socioeconômico e um questionário com questões simples sobre a temática preconceito.

Em nenhum momento, nem o(a) menor nem você serão identificados. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a identidade dele(a) e a sua serão preservadas. Nem ele(a) nem você terão gastos nem ganhos financeiros por participar na pesquisa.

Os riscos dizem respeito à possibilidade de identificação do participante. Para contornar essa situação, cada voluntário receberá um código genérico (ex: usuário01) e nenhum dado pessoal será armazenado. Os benefícios serão a contribuição e incentivo às pesquisas universitárias, bem como o desenvolvimento da ciência.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos dados do(a) menor sob sua responsabilidade da pesquisa. O(A) menor sob sua responsabilidade também poderá retirar seu assentimento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, ele(a) também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Em caso de qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, você poderá entrar em contato com Mariana Luiz de Melo via e-mail **marianamelo.educa@gmail.com** ou telefone **(34) 99860-9001**. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco 1A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura dos pesquisadores

Eu, responsável legal pelo(a) menor (nome do(a)menor)

consinto na sua participação na pesquisa citada acima, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do responsável pelo(a) participante da pesquisa

ANEXO B - TERMO DE ASSENTIMENTO PARA O MENOR ENTRE 12 E 18 ANOS INCOMPLETOS

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “Incidência de preconceito entre estudantes do ensino fundamental na cidade de Uberlândia-MG”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Mariana Luiz de Melo e Vagner Matias do Prado.

Nesta pesquisa, nós desejamos investigar a incidência do preconceito entre estudantes do ensino fundamental de três instituições escolares (uma pública, uma privada e um colégio de aplicação) e quais as formas mais frequentes de discriminação na perspectiva de alunos do nono ano do ensino fundamental. Trata-se de um projeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia.

O Termo de Assentimento será obtido pela pesquisadora Mariana Luiz de Melo, e o local de obtenção do termo será diretamente nas instituições de ensino que aceitaram colaborar com este projeto, respeitando os horários de disponibilidade dos voluntários. Ressaltamos que o participante dispõe de tempo para decidir se concorda com a participação na pesquisa de acordo com o item IV da Resolução CNS 466/12 ou Cap. III da Resol. 510/2016, quando for pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Na participação você responderá dois questionários, sendo um questionário socioeconômico e um questionário com questões simples sobre a temática preconceito.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos dizem respeito à possibilidade de identificação do participante. Para contornar essa situação, cada voluntário receberá um código genérico (ex: usuário01) e nenhum dado pessoal será armazenado. Os benefícios serão a contribuição e incentivo às pesquisas universitárias, bem como o desenvolvimento da ciência.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Mesmo seu responsável legal tendo consentido, você não é obrigado a participar da pesquisa se não quiser.

Uma via original deste Termo de Assentimento ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Mariana Luiz de Melo via e-mail **marianamelo.educa@gmail.com** ou telefone **(34) 99860-9001**. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de

Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco 1A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa